

ATA DE REUNIÃO

Período	16 e 17 de novembro de 2023
Local	Auditório do Hotel Palace
Programas	Programa de Fortalecimento Institucional
Atividades	Subcomitê Gestor Indígena Arara da TI Cachoeira Seca
Participantes	Conselheiros Indígenas Arara da TI Cachoeira Seca, Instituições convidadas
Responsável	Silvia Slene Dinkelmann

A reunião foi iniciada no dia 16 de novembro de 2023 no período da manhã, contando com a presença dos conselheiros indígenas representantes das aldeias Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca, Aldeia Iriri: Mobu odo Arara, Wiwik Arara, Mulik Arara, Tjo Tjogulo Arara, Xhakira Arara, Poudem Arara, Wai Arara, Tatig Arara, Perema Arara, Talem Arara, Patji Arara, Lalau Arara, Jejeum Arara, Jalti Arara, Karato Arara, Tymopudem Arara, Kaiana Arara; da aldeia Awy: Joru Arara, Ororigo Arara, Anakia Arara, Tjigonkon Arara, Tymaraptem, Lourival Arara, Typgouden Arara, Pataka Arara, da aldeia Pyrewa: Totó Arara, Toemo Arara, Karakio Arara, Kajaka Arara. Estavam presentes os convidados representantes das instituições: Juliana Vieira Araújo representante da Funai/CGLIC; Beptry Xikrin, Thayres Maria de Souza Araujo, Marcos Frota Morenz Nogueira, Danilo Neves Borges de Oliveira, representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); Awinhoo Araweté, Vice-Presidente do CONDISI; Sheyla Lima Araújo da Cruz e Cecília Maria Nascimento Batista, representantes da Secretária Municipal de Educação (SEMED); Daniel Lopes Faggiano Assessor da Associação Kowit e representante do Instituto Maira; Antônio Mendes Chipaia liderança da aldeia Cupi; Edison Rodrigues de Souza, Iarly de Castro Tabosa e Antônio Reis do N. Filho, representantes da Norte Energia, Silvia Dinkelmann, Pedro Gatti Júnior, Maria Josina Lopes de Oliveira, Dionizia Moura Amorim, Rancejanio Silva Guimarães, Maria Ellen Regina Rocha da Silva, Erika Poliana Silva Albuquerque, Geilson dos Santos Silva, Danilo Marroco, Cairê de Almeida Garcia, Victoria Liberdade e Fabíola Maceres Silva representantes da Unyleya Educacional. Mobu Odo Arara deu as boas-vindas a todos e após as apresentações dos presentes, a reunião se iniciou. Daniel, participante em modalidade remota via link no Google meet, defendeu que o Protocolo de Consulta do Povo Arara fosse respeitado e que a reunião deveria estar ocorrendo na aldeia. Manifestou também que a reunião tem caráter informativo e de avaliação do PBA-CI, mas não tem valor deliberativo. Também pediu que a empresa Unyleya anexe à presente ata o protocolo de segurança de todos os Arara presentes da reunião. Para cada ponto de pauta, foram registradas as respostas e os encaminhamentos de acordo com as perguntas dos indígenas em cada tópico. Em seguida iniciou-se as discussões acerca da pauta Educação.

*Joru
Craio*

Antônio Chipaia

Tema específico da pauta: **Educação**

- **Status da reforma do Polo Tjibie Arara e entrega da escola para a SEMED; Elaboração de material específico e diferenciado dos Arara da TI Cachoeira Seca para as turmas do 6º ao 9º ano e Ensino Médio; Escolas nas novas aldeias.**

Mobu Odo demonstrou preocupação com as fezes dos morcegos nas escolas, que prejudica a saúde dos alunos. Talem comentou que o teto está caindo com o peso de fezes e sente preocupação com a saúde das crianças e a contaminação das merendas. A Norte Energia explica que foi criado um GT (Grupo de Trabalho) que reúne SEMED, TEEMX, FUNAI, arquitetos, engenheiros da Norte Energia e da prefeitura para vistoriar e realizar tratativas para o que deve ser reformado e ampliado na infraestrutura das escolas do Médio Xingu. Explica que já foi realizada duas vistorias. Essa é uma demanda sinalizada em relatório da SEMED, que solicita reforma da escola e ampliação do alojamento dos professores. O próximo passo é a contratação da empresa. Mobu Odo explicou ao povo como funciona a licitação, em que competem três empresas e a

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

Mobu Odo Araujo

[Handwritten initials]

vencedora ganha o contrato. Mas manifestou preocupação com a qualidade do material como o cimento e o modelo de construção. A SEMED respondeu que o Grupo de Trabalho vai melhorar o processo das construções, uma vez que não será a somente a empreendedora que vai decidir as plantas e reformas das edificações, mas toda a equipe envolvida (SEMED, Norte Energia, Funai). A SEMED também pediu para a Executora Unyleya organizar o cronograma da revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola bem como a elaboração do material didático do 6º ao 9 e Ensino Médio. A Unyleya respondeu que está com proposta de data no próximo mês e que só não foi feita em razão da dificuldade de conciliar a agenda do falecido professor Timbektodem Arara e com os órgãos. Totó Arara da aldeia Pyrewa reivindicou construção de escolas nas novas aldeias. A SEMED orientou que a diretora da escola vai fazer levantamento de alunos e demandas para o próximo ano para solicitar nova construção de escola pela SEMED. Indígenas informaram que são 6 alunos. Joru Arara e Tigogu Arara também apresentaram a necessidade de melhorar o pagamento do transporte das crianças da aldeia Awy, e que demora muitos dias para receber. “Vamos ficar vinculados ao polo Iriri”, afirmou. A SEMED explicou que o processo de pagamento é burocrático mesmo e isso consta no edital. Encaminhamento: Para que durante a reforma da escola os alunos não percam aula, o Grupo de Trabalho deve discutir e prever que a mesma ocorra durante o intervalo escolar; sugere-se fazer a adequação da escola antiga para alocar os alunos enquanto for reformada a escola Polo Tjibie ou fazer a reforma em duas etapas, iniciar com as duas salas de aula que estão em piores condições e depois finalizar as outras duas, evitando prejudicar o ano letivo.

- **Suporte logístico (alimentação e estadia) para participação de interessados no curso de licenciatura intercultural em Altamira; Suporte logístico (alimentação e estadia) interessados cursarem o Magistério Indígena.**

“Deve-se dar continuidade ao legado do professor Timbektodem Arara pela luta no âmbito da educação no Médio Xingu”, comentou a SEMED, enfatizando que a licenciatura é uma conquista do TEEMX, fruto do trabalho dele, que será ofertada pela UEPA e futuramente pela UFPA. A SEMED manifestou que a prioridade era trazer a licenciatura para o território e que as questões mais específicas de logística serão debatidas futuramente. O Instituto Maíra afirmou que o ideal seria que todos participassem dos cursos, enquanto isso não for possível, podem ser buscadas parcerias externas através da Kowit para garantir a maior participação possível na licenciatura. Essa fala foi corroborada pela Unyleya, que reiterou que o apoio logístico que estiver dentro do contrato da empresa será prestado e que o importante é formar esta primeira turma. Sobre a licenciatura, não há previsão do apoio via PBA-CI, no entanto a SEMED informou que está em tratativa no TEEMX, com a UEPA e outros parceiros as possibilidades de apoio aos estudantes e o formato ou modalidade.

- **Construção de pista de pouso da aldeia Iriri.**

Mobu Odo comenta que esse é um assunto que se relaciona com a Saúde e reivindicou a construção, um direito que está parado desde o Subcomitê de 2018, compromisso firmado em ata. “Era para estar pronto desde 2019”, afirmou. “Nós somos um povo de recente contato, precisamos ser tratados com dignidade. Há pessoas morrendo na nossa aldeia por falta deste serviço”. Também questionou a ausência do Ministério Público no Subcomitê. Tymopudem Arara comentou sobre o sofrimento do povo Arara pela falta do cumprimento das obrigações dos órgãos e empresas. Talem Arara reiterou que as aldeias precisam se deslocar até a comunidade São Francisco para poder acessar o transporte aéreo e que há grande dificuldade. Antônio Chipaia pede explicação sobre onde está o embargo da construção e uma resposta concreta. O DSEI contextualiza a situação das pistas de pouso. As pistas são condicionantes do PBA-CI, sendo a NE “responsável por garantir horas-voo por aeronave asa fixa ou rotativa, bem como pela construção e manutenção de pista de pouso”. Já foram construídas 17 (dezessete) pistas de pouso e as últimas 06 (seis)

An Tonis Chipaia

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

*Mobu Odo Arara,
Joru Arara,*

[Handwritten mark]


pistas ainda estão pendentes e para ser recebida precisam estar regularizadas. Outra opção de serviço de urgência é a remoção de helicóptero e segundo o DSEI, não há frota o suficiente e nem tempo de resposta rápido pois há bastaste demanda. Em seguida a CGLIC informou que em reunião conjunta entre FUNAI, MPF e ANAC, constatou-se que não há nenhum impedimento para retomada da construção das 06 pistas restantes. A NE informou que há um Grupo de Trabalho entre CONDISI, DSEI, GSI no qual estão sendo tratada as questões das horas voo. Encaminhamentos: 1. A FUNAI informou que O MPF vai se manifestar com relação a pista de pouso, as horas voo e outros temas relacionados à saúde indicando a providências a serem tomadas para a FUNAI; 2. A FUNAI, DSEI irão pedir uma resposta com relação a hora voo, para NE; 3. A Kowit também fará manifestação ao MPF. 4. A FUNAI informou ao final da reunião que o MPF encaminhou o ofício.

- **Reforma da UBSI tipo 2; Construção de poço para atender exclusivamente a escola e posto de saúde; Construção de ponto de apoio para técnico de enfermagem na aldeia Awy; Mais equipamentos para UBS; Poço para a aldeia nova Pyrewa.**

A NE informou que a reforma da UBSI tipo 2 está sendo discutida em um Grupo de Trabalho que reúne NE, DSEI, FUNAI, engenheiros e arquitetos, a fim de ajustar quais são as necessidades das aldeias. O DSEI já elaborou um relatório pontuando as adequações na estrutura na UBSI que deve conter sistema de abastecimento da comunidade, com energia 24h e todos os equipamentos. Sobre a casa de apoio da aldeia Awy e a contratação de profissionais de saúde para a mesma, o DSEI informou que inseriu no plano de trabalho as novas aldeias e submeteu a SESAI. Com relação ao poço de água aguarda-se o processo de contratação da empresa que irá fazer a abertura do poço pela NE. Wiwik Arara comentou que mesmo ela sendo técnica de enfermagem na aldeia Iriri, são necessários mais técnicos para realizar os atendimentos aos indígenas, principalmente os casos mais complexos que precisem de tratamentos específicos. Talem Arara sugeriu que a enfermeira da UBS deve fazer o rodízio semanal nas aldeias ao invés de contratar um enfermeiro para cada aldeia, entretanto deveria ser analisada a possibilidade da contratação de técnico de enfermagem exclusivo para a aldeia Pyrewa, por ser mais longe. Antônio Chipaia reiterou que o atendimento à saúde é dever do estado, que o atendimento à aldeia Iriri deveria ser multidisciplinar e que as aldeias Awy e Pyrewa precisam ser atendidas também. Joru Arara reivindica o ponto de apoio e comenta que o poço amazônico perfurado pelo DSEI secou. Totó reivindica poço de água para a aldeia Pyrewa e também fala que 02 (duas) pessoas com diabetes moram na aldeia e precisa de cuidados constantes. O DSEI explica que o número de aldeias aumentou desde 2020, passando de 87 para 143 e que estão com o orçamento defasado, sem equipe e mão de obra para atender todas as demandas. Por isso, está sendo elaborado o PDSI (Plano Distrital de Saúde Indígena) que prevê o orçamento de 2024-2027. Neste PDSI prevê uma equipe multiprofissional para atender as aldeias, com orçamento mais atualizado e será submetido a SESAI: “É importante que a política de saúde não dependa apenas do PBA-CI mas o estado precisa caminhar com as próprias pernas”. Beppry Xikrin comentou que o acesso à água é um gargalo nas atividades do DSEI, principalmente devido ao surgimento de novas aldeias. “Estamos tentando fazer uma cooperação técnica com a FUNASA para nos ajudar”. Katielle, conselheiro da saúde, também comenta “em parte somos responsáveis pela dificuldade de atendimento na área da saúde. Estamos abrindo muitas aldeias e fica difícil atender todas as demandas”. Os indígenas informaram que a aldeia nova é um pouco longe para fazer rodízio de equipe técnica de saúde, por isso é necessário prever combustível; Os indígenas reivindicam equipe multidisciplinar completa na comunidade Iriri.

Antônio chipaia

Encaminhamento: 1. Como esclarecido, o DSEI está dando todas as recomendações para a NE, através do relatório técnico, de adequações e reformas de equipamentos, sistema de abastecimento da comunidade, energia 24h, e a NE vai fazer a contratação para fazer as adequações para entregar a gestão para o DSEI; 2. O




*mabe ocho crespo
joru arara*

DSEI fará uma vistoria à Pyrewa, e vai verificar a demanda de contratação de enfermeiro, AIS e AISAN, sendo que já foram solicitadas novas contratações para o DSEI Altamira:

• **Capacitação do AIS e AISAN.**

Os indígenas cobram a retomada das Capacitações dos AIS e AISAN. O DSEI explica que a capacitação dos AIS e AISAN até 2018 era de competência das executoras, mas que a SESAI demonstrou a necessidade de fazer uma formação melhor, com certificação. No entanto, esse mesmo órgão não deu encaminhamento às atividades formativas pois nem tem quadro técnico para e orçamento. Por isso os AIS e AISAN contratados pela Ovídio Machado não receberam treinamento. Mas agora precisa ser retomado e a sugestão é que as executoras voltem a fazer as capacitações. Encaminhamento: O DSEI solicitou à SESAI a retomada das capacitações e aguarda-se resposta.

• **Combustível para a limpeza da UBS; Melhorias no tempo de entrega de medicamentos e remoção dos pacientes, Transporte e combustível para remoção de pacientes pelas comunidades.**

Mobu Odo informou que estão com déficit de medicamentos e que alguns não são fornecidos. Disse: “As enfermeiras precisam de seus instrumentos de trabalho e não vão fazer milagres”. Wiwik afirmou que precisou comprar medicamentos com recurso particular e que nem todos podem comprar. DSEI explicou que a medicação comprada segue a mesma linha que remédios de postinho, de acordo com a listagem de Brasília. Sobre medicações, Beppry comentou que está em diálogo com a SESAI para mais aquisições dos medicamentos pelo Rename, que tem melhor perspectiva de cumprimento, ainda assim também solicitou à Secretaria medicamentos para tratamentos específicos. Afirmou também que no Alto Iriri as equipes têm priorizado os indígenas de recente contato, com vacinas, viagens, exames. Outro tópico informado é que estão preparando um boletim informativo com tradutor, para passar as informações às lideranças das aldeias com maior periodicidade. Por fim, mencionou que será criado um Protocolo de Acesso da CASAI, com fluxo de atendimento de remoção e que todos os profissionais vão receber capacitação. Mobu Odo se direciona ao Vice-presidente do CONDISI e afirmou: “Estamos vendo por exemplo os problemas de alcoolismo e superlotação do CASAI e as necessidades das nossas aldeias triplicaram. Não tenho visto ação e atividade dessa gestão. O CONDISI tem que fiscalizar direito, informar as lideranças, viajar, buscar parcerias.” O CONDISI respondeu que por questão de atrasos em repasse de recurso logísticos tiveram dificuldade de atuar no território, mas ainda assim estão participando de agendas de vários Subcomitês e visitas técnicas para encaminhar as demandas das aldeias. Afirmou também que foi aprovado o aumento do salário do AIS e do AISAN. Encaminhamento: 1. A comunidade vai fazer ofício para o DSEI informando o quantitativo de combustível necessário para fazer a limpeza da UBS; 2. Sobre a visita da enfermeira às aldeias novas, DSEI irá verificar a possibilidade das visitas periódicas da enfermeira da aldeia Iriri às outras aldeias; 3. Com relação à medicação, DSEI comentou que algumas das medicações solicitadas não podem ser adquiridas, ainda assim está vendo maneiras alternativas dentro do PBA-CI para adquirir alguns destes medicamentos; 4. Os indígenas solicitaram que a FUNAI apresente uma recomendação a NE para a apresentar um prazo de devolutiva dos temas que foram discutidos por exemplo, medicações, equipamentos, insumos odontológicos, hora voo e pista de pouso.

An Tonis Ch. J. J. J.

• **Reforma na sede da Associação Kowit na aldeia Iriri; Construção de casas no modelo Arara com banheiro externo (telha de barro e cerâmica);**

A NE informou que as casas não são obrigação do PBA-CI, mas os banheiros são previstos. No entanto, o tema está ajuizado e o Juiz entendeu que casa e banheiro vão ser construídos juntos. Como está correndo na justiça, estão aguardando a decisão judicial (trânsito em julgado) para realizar essas construções. Encaminhamento: Os indígenas solicitarão uma reunião com o MPF para compreender como está o processo e

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

*mobu odo Arara
foru Arara*

pedir maiores informações. O povo Arara não concorda com a ação judicial já que não houve consulta com o povo, deste modo, será elaborado um documento manifestando que não estão de acordo com o a paralização do processo e querem ser consultados sobre o modelo das casas. Querem que as casas e os banheiros sejam construídos.

- **Reforma e construção dos aviários.**

A NE informou que (04) quatro aviários estão inviabilizados pois foram construídos em local inadequados, segundo os órgãos sanitários. Explicou que a construção destes quatro (04) aviários da aldeia Iriri estão previstos na terceira etapa de construção da infra-estrutura do PAP, juntamente com o paiol na aldeia Awy (Joru). Mobu Odo questionou que receberiam 100 aves para cada família, e só receberam 30 aves. Justificou que foi assinado e acordado esse número. “Queremos saber porque esse número diminuiu”. A Unyleya informou que segundo a especificação técnica da ADEPARÁ o aviário comporta 30 aves, por isso esse número foi definido. Informou que caso a produção for bem-sucedida pode-se pensar em ampliação da produção. A CGLIC orientou que podem começar o projeto menor, e vai ampliando a medida que for aumentado as atividades produtivas. Encaminhamento: serão fornecidos materiais para construção de quatro (4) aviários provisórios; será feito um levantamento dos aviários via executora com base no censo do DSEI. A NE afirma que fica prevista na terceira etapa de construção da infraestrutura do PAP de mais (5) cinco aviários, totalizando 9 aviários.

- **Reforma da sede da Associação Kowit na aldeia Iriri.**

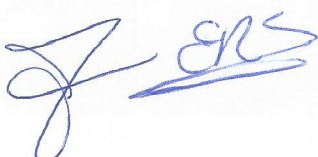
A NE pontuou que está previsto no PBA-CI, no entanto há um entendimento da NE da necessidade de critérios para atendimento, dado o aumento do número de associações. Ainda assim, pode-se realizar o apoio de material para adequação de um espaço na aldeia para a sede da associação. Também foram previsto equipamentos como: computador, projetor, impressora, armário e outros. Aproveitando o momento, foi pontuado que também está previsto para o próximo contrato o apoio a duas pessoas por aldeia a emitirem suas CNH, e o apoio a formação de piloto de voadeira a uma pessoa por aldeia.

Mobu Odó lembrou o início do processo da execução do PBA-CI na TI pontuando que não foram devidamente consultados sobre os apoios prestados. Reivindicou que o povo Arara seja sempre consultado sobre as decisões na TI, assim como as outras etnias que ali estão, para que possam ser tomadas decisões em conjunto. Antônio Chipaia corroborou com a fala de Monbu Odó reivindicando a sede da Associação Kowit para o povo Arara.

CGLIC pontuou que dentre as ações previstas no início do PBA-CI, dentro do PFI estavam contempladas diagnóstico e regularização de 15 associações e apoio para formação de outras, portanto havia a previsão de novas associações. Neste sentido, cabe à NE elaborar um plano de ação de como prestar apoio ao atual quantitativo de associações. Ainda, apresentou o questionamento: o grande número de abertura de associações significa que as comunidades estão organizadas ou divididas?

Joru comentou que chegaram a discutir a abertura de uma associação para a aldeia Awy, mas pensando na união da comunidade decidiram manter sua representatividade pela Associação Kowit. Abordou a importância da sede da Associação para as aldeias atendidas e que, partindo da iminente mudança da diretoria, solicitou que a aldeia Awy possa participar mais ativamente da Associação.

Unyleya corroborou com a fala da CGLIC sobre o fortalecimento das associações e pontuou que o mais importante dentro de uma associação não é a diretoria e sim os associados.



mobu odo arara.
joru arara.

Antônio chipaia

Antônio Chipaia e Talem Arara pontuaram a importância das capacitações para as associações buscando preparar seus membros para gerirem e executarem projetos com maior autonomia. Mobu Odó e Tjoktjogulo reforçaram a importância da associação na reivindicação de direitos para a comunidade.

Como encaminhamento: 1. A CGLIC irá fazer uma recomendação à NE que execute o que está previsto no PBA0-CI sobre sede de associação para o povo Arara. 2. A comunidade irá adequar o espaço da escola antiga com apoio do PFI para servir de sede da associação.

- **Construção de rampa de acesso e melhoria dos portos das aldeias.**

A NE explicou que está previsto dentro do escopo do PBA-CI a construção da rampa e que é uma obrigação, entretanto por conta do grande quantitativo de demandas mais urgentes, como reformas e construções de escolas e postos de saúde, estas infraestruturas serão construídas posteriormente.

Mobu Odó corroborou com a fala da NE e solicitou que assim que as demandas mais urgentes forem atendidas que seja dada prioridade à construção da rampa. Joru solicitou à NE que considere o atendimento às demandas de infraestrutura e de limpeza das aldeias novas (Awy e Pyrewa).

A NE respondeu explicando que as obras de infraestrutura são baseadas nos contratos com as empresas e o que não estiver previsto poderá ser discutido posteriormente.

Encaminhamento: 1. Os indígenas solicitam que seja considerado a possibilidade de fazer a rampa de acesso junto com a construção da pista de pouso.

Sobre a casa de artesanato, a Unyleya sugeriu que no projeto do espaço para a sede da Associação seja disponibilizado um ambiente para o artesanato, que possa ser utilizado priorizando o artesanato das mulheres.

Karakijo e Poudem pontuaram a importância do espaço para o artesanato das mulheres arara, pois estão bem fortalecidas e organizadas em sua produção. Colocaram que o artesanato deve ter um espaço para ser exposto e assim valorizar a cultura Arara.


Mobu Odó pontuou que deve haver reuniões entre a comunidade para priorizar as demandas culturais e definirem o que melhor atende o povo. Também reforçou que as demandas das aldeias novas devem ser ouvidas.

Joru solicitou que cursos de capacitação para operador de motosserra esteja previsto nos próximos contratos.

Encaminhamento: está previsto o apoio de material para a adequação da escola antiga para ser a sede da associação com um espaço para a produção do artesanato. Neste espaço será estruturado um ambiente com decoração para exposição dos artesanatos. Também será considerada a inclusão de curso de capacitação para operador de motosserra nos próximos contratos.

- **Construção de estruturas do campo de futebol da aldeia Iriri.**

A NE lembrou o período dos acordos de ata e pontuou que o campo de futebol não faz parte do escopo do PBA-CI, porém fez parte dos acordos de ata iniciais. No momento da repactuação dos acordos em 2019, todas as TIs estiveram presentes. Ao final das repactuações, a NE se comprometeu a cumprir os acordos redefinidos, assim, todos os acordos feitos anteriormente e que não se mantiveram após a repactuação não seriam contemplados e o campo de futebol se enquadra nesta situação.



mobu odó arara
joru arara

Antônio chipaia

para os indígenas que são impactados a responsabilidade de mitigar o impacto e pode-se gerar um conflito ou troca de papéis dentro processo do licenciamento ambiental.

- **Apresentar situação dos acordos firmados. O que está previsto e cronograma de entrega.**

Na sua fala, Mobu odo Arara expressou a sua preocupação com a falta de avanços significativos nos encaminhamentos em curso na reunião. Katieli, compartilhando da mesma perspectiva, manifestou seu descontentamento pela ausência de respostas significativas às suas demandas. Após as falas, foi apresentada a Ata de Repactuação dos acordos para as aldeias Arara da TI Cachoeira Seca (Iriri e Awy). A NE apresentou aos presentes os itens entregues e os itens pendentes para fins de esclarecimento. A saber, **itens entregues:** 18 canoas de madeira 2 lugares (Iriri), 10 cavadeiras (Iriri), construção de 22 aviários (Iriri), construção de 1 aviário (Awy), 1 motosserra (Iriri), 9 roçadeiras (Iriri), 2 caminhonetes Hilux (Iriri), 10 motos (Iriri), 10 carretilhas para moto (Iriri), 1 Fiat Strada (Iriri), 1 Fiat Strada (Awy), 1 Van 16 lugares (Associação); **itens pendentes:** 2 motores de popa 60 hp (Iriri), 1 motor de popa 60 hp (Awy), 3 motores de popa 90 hp (Iriri), 28 motores rabeta mega honda 13 hp (Iriri), 3 voadeiras alumínio 12/40 (Iriri), 2 voadeiras alumínio 10/40 (Iriri), 1 voadeira alumínio 10/40 (Awy), 28 voadeiras alumínio 8/40 (Iriri), 1 forno elétrico para farinha (Iriri).

Mobu Odo expressou que desejam definir um prazo para a entrega dos materiais pendentes. No entanto, NE esclareceu que as aquisições foram feitas, mas que a previsão de entrega será feita pelo fornecedor e será informado. Dos itens pendentes as voadeiras, o motor 90, a voadeira 12/40 e o forno elétrico já estão disponíveis para entrega, podendo ser agendado com prazo de 15 dias mínimo. Foi pontuado pela NE que a entrega do forno elétrico está atrelada à complexa logística de transporte à aldeia, a sua instalação e a cursos de capacitação para sua utilização. Sugere que avaliem se seria uma melhor opção técnica.

Mobu Odó explicou à comunidade que o triturador já foi entregue para o Presidente da Associação, porém por conta do ocorrido com o presidente e a mudança na diretoria da Associação ainda não consegue responder o destino do item.

A NE reiterou que já efetuou a compra das voadeiras e está aguardando o envio do cronograma de entrega pelo fornecedor para repassar à comunidade.

- **Inclusão da atividade de criação de gado e peixes em tanque-rede. Sistema de irrigação para cacau.**

CGLIC ponderou que criação de peixes e de gado não são considerados ilegais, porém dependem de regularização junto aos órgãos responsáveis. Comentou que há de se ter cuidado com atividades que possuam potencial de impacto ambiental em ações de mitigação de impactos.

A NE ponderou que as atividades de criação de gado e peixe necessitam de cuidados constantes requerendo maior responsabilidade das comunidades. Comentou que a criação de gado é uma atividade que pode causar grande impactos, como compactação do solo, impacto nos cursos d'água e na APP. Comentou que o IBAMA informou em outro subcomitê que não são atividades de fácil aprovação pelo órgão. Sobre os exemplos levantados de outras aldeias que tem criação de gado, a NE explicou que são situações nas quais as comunidades realizam a atividade por conta própria ou que os animais foram entregues pela NE em momento passado, quando não havia discussões técnicas mais aprofundadas com as comunidades. Pontuou que não há previsão de implantação de projeto de gado futuro.

Antônio Chipaia ponderou sobre a complexidade da criação peixe em tanque rede e a dificuldade de ser um projeto viável financeiramente. Pontuou que enquanto há o apoio no fornecimento de ração e retirada dos



mobu odo arara
joru arara

Antônio chipaia

Mobu Odó pontuou que houve o acordo da construção do campo em duas atas de subcomitê e que o acordo deve ser mantido.

A CGLIC e NE explicaram que o processo de repactuação da câmara de conciliação foi um processo para zerar as pendências de acordo de atas e novos acordos não estão previsto. A NE deverá cumprir com suas obrigações no processo de licenciamento.

Encaminhamento: 1. Os indígenas solicitam que seja avaliada a demanda do campo de futebol para a comunidade considerando a importância cultural para o povo. 2. A Unyleya sugeriu que a Associação realize parceria com a SEMED e via TEEMX para participar do projeto Mais Educação e que pode apoiar pelo PFI com a solicitação junto ao órgão. Este projeto poderia contemplar a demanda por meio da solicitação de instalação de infraestrutura de esporte para a escola polo da aldeia Iriri.

• **Aumento do tempo de contrato das empresas executoras e projetos de cogestão com a Associação Kowit.**

Mobu Odó explicou que o aumento do tempo de contrato é importante para melhorar a qualidade da execução das ações do PBA-CI na TI. Reiterou que é direito dos indígenas avaliarem a efetividade da execução das ações. Joru pontuou que há carência de projetos culturais para geração de renda nas aldeias e destacou a importância do repasse do recurso dos projetos diretamente à Associação. Talem pontuou que a demanda pela aquisição de materiais para artesanato não contemplou a comunidade, no que diz respeito ao quantitativo das miçangas entregues.


Em relação a cogestão com a associação, a Unyleya pontuou que pode apoiar mais projetos na área cultural, mas que é necessária a definição e o cumprimento das responsabilidades de cada parte “não é só entregar o recurso”. Comentou que parte foram feitos apoio para os intercâmbios, porém é necessário um melhor debate entre a comunidade para priorizar como serão prestados os próximos apoios buscando melhor atender às suas demandas.

A NE ponderou que sobre o tempo de contratação com as executoras desde 2019 é de 2 anos e que as próximas contratações que estão em andamento, seguirão esse padrão. Entretanto, reiterou que em todos os subcomitês foi levantada esta pauta. Pontuou que mesmo que haja troca da empresa executora é dever da NE dar continuidade ao PBA-CI. Colocou que é importante a comunidade avaliar e monitorar o andamento das execuções do PBA-CI. Explicou que a isso não impede que a comunidade se manifeste solicitando o aumento do tempo de contrato para 4 anos.

A NE, referente ao tema cogestão, informou que é importante que entenda que não se trata apenas de repasse de recurso e sim de desenvolver as ações juntos, com tomadas de decisões compartilhadas e que os contratos já prevê que seja desenvolvido ações neste formato.

Mobu Odó ponderou sobre a experiência da Associação na execução de projetos e entende que o repasse do recurso de qualquer projeto é feito apenas mediante apresentação de resultados e prestação de contas. Pontuou que as atividades da Associação devem buscar sua autonomia visando a perspectiva finita das ações do PBA-CI.

A CGLIC ponderou que o efetividade da mitigação de impactos devidos pelo empreendedor não é medido pelo gasto de recurso e que não se prende a valores e sim aos direitos garantidos. Informou também que ainda não é um consenso na Funai essa questão de associações executarem o PBA-CI, pois não podem transferir



mobu odó brara
joru brara

Antonio chipava

animais pelas empresas a atividade é “viável”, porém o objetivo da atividade é a autonomia das comunidades e no momento que não houver mais este apoio não será fácil manter sua viabilidade. O projeto está em fase de avaliação pela comunidade sobre a sua sustentabilidade. Mobu Odó lembrou sobre a entrega de tanques-rede para a criação de peixes na aldeia Iriri e que não foi bem-sucedida. Em seguida pontuou que o projeto do cacau não tem obtido sucesso na comunidade por falta de um sistema de irrigação. Comentou que o projeto de criação de aves está começando a ter resultados positivos. Romário Monteiro comentou que considera poucas as mudas entregues por família e que há a necessidade de um sistema de irrigação.

A Unyleya ponderou que a implantação de um sistema de irrigação depende da aprovação de órgãos ambientais e que a demanda foi apresentada ao IBAMA, que propôs um grupo de trabalho técnico para avaliarmos a melhor forma de implementar o sistema de forma sustentável ambientalmente. Pois para sua implementação é necessário um estudo técnico das áreas que serão irrigadas, dos cursos d’água dentre outros fatores.

José Monteiro explicou sobre as especificidades da cacauicultura e da sua experiência com a produção e alertou que somente a irrigação não resolve o problema do cacau. Falou da necessidade de ter mais apoio técnico e da equipe ficar mais tempo em campo. Tjoktjoulo cobrou respostas mais satisfatórias sobre os projetos de atividades produtivas.

A Unyleya explicou que estão sendo feitas adequações no projeto do cacau. Que no momento foi entregue insumos para produção de mudas na aldeia. Encaminhamento projeto do gado: 1. A NE informou que se considera inviável por conta do potencial de impacto ambiental, não há previsão de implementação. 2. A equipe técnica levará semente de cacau no próximo campo. 3. Será criado grupo de trabalho com apoio do IBAMA e outros parceiros para pensar num modelo sustentável. 4. Faz-se constar que os presentes querem que seja reconsiderado a implementação do projeto de criação de gado na comunidade.

- **Materiais e equipamentos para miniusina do babaçu.**

A NE informou que a compra dos materiais está prevista para o próximo contrato.

- **Diversificação de culturas de frutíferas, entrega por núcleo familiar.**

Unyleya fará levantamento das culturas solicitadas e dos núcleos familiares a receber.

- **Aumento da cota de combustível para 20L por família para abertura de área para roça.**

O combinado, baseado no consumo médio das roçadeiras, é a entrega de 5 L para abertura de roças e será fornecido 10 L para coivara.

- **Fornecimento de material para malhadeira, entralhe como contrapartida da comunidade.**

Durante o levantamento, sugeriu-se fornecer aos indígenas material para confeccionar e cursos de capacitação. A proposta não foi aceita pelos indígenas e foi entregue malhadeiras e tralhas de pesca. Para o próximo ciclo pode ser considerado o fornecimento do material e capacitação para entralhe e conserto.

- **Mais reuniões na aldeia Iriri com representantes das aldeias Kujubim, Cupi e Yarumê sobre a gestão territorial**

    *mobu odó caraco,
foru caraco.*

Antonio chipava

Mobu Odó ponderou que são necessárias reuniões com ~~órgãos de gestão territorial~~ e com as aldeias Xipaya Kuruaya para debater de maneira mais detalhada a gestão.

Mobu Odó comentou sobre o andamento das atividades de vigilância territorial na TI e a perspectiva da operação de desintrusão do Território.

A Unyleya informou que as reuniões são previstas juntos, mas que todos devem estar de acordo.

- **Melhorar divulgação dos mapas de focos de calor e uso e ocupação e capacitação em monitoramento remoto.**

A Unyleya pontuou que pode melhorar a divulgação dos mapas elaborados, bem como as capacitações sobre interpretação de mapas.

A Unyleya apresentou o andamento das atividades de formação dos agentes ambientais e pontuou que podem ser incluídos outros temas para as formações.

CGLIC exemplificou que existem políticas públicas de incentivo como ICMS Verde que pode ser identificado e, se disponível acessado pela comunidade para atuar em ações voltadas a proteção territorial.

- **Readaptação da atividade do berçário de tracajá com base no da aldeia Muratu.**

Mobu Odó solicitou remuneração para as monitoras de peixe e do berçário de tracajá alegando que deixariam de realizar atividades de geração de renda, como o artesanato, para fazer o monitoramento.

A NE reiterou a importância da atividade de manejo de tracajá para a segurança alimentar das comunidades. Pontuou que o PBA-CI não prevê remuneração para esta atividade.

Mobu Odó alegou que as atividades do PGTI não vêm sendo executadas com deveriam e que só tem beneficiado ao empreendedor a empresa executora.

NE ponderou que nenhuma atividade do PBA-CI, nem a reunião do Subcomitê, é obrigatória, mas que é de interesse da comunidade os resultados destas ações.

A CGLIC ponderou que analisa os relatórios enviados pela NE, mas deve escutar a avaliação dos indígenas. Que a avaliação não se dá apenas pelo relatório. Reiterou que os presentes não são obrigados a assinar a ata.

Talem Arara pontuou que as monitoras de peixe e berçário de tracajá tem que parar suas atividades do dia a dia para realizar o monitoramento e por isso necessita remuneração para a atividade e levantou o exemplo das comunidades da VGX.

A Unyleya ponderou que os impactos sobre as comunidades da VGX, assim como a estrutura do projeto de berçário de tracajá são diferentes da região das aldeias Arara da TI Cachoeira Seca. Ainda, o projeto em execução na VGX não tem se mostrado efetivo no monitoramento e está sendo revisto.

Encaminhamento: Os indígenas solicitam que seja considerada algum tipo de ajuda de custo para as monitoras de peixe e berçário de tracajá.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi assinada pelos participantes.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi assinada pelos participantes.



NOME	COMUNIDADE/INSTITUIÇÃO
Juliana S. Araújo	Funai - CGLIC
Edson de Jesus	Norte Energia
Tolom Araro.	A. SRIRI
KARAKILO ARARA	
larly de Castro Tabosa	Norte Energia
Antonio Ruy do N. Filho	Norte Energia
PouDEM Arara	IRIRI
Isaías Victor	IRIRI
arapucan	
arivik Arara	iriri
Antonio chipica	
roemio Arara.	
Sete Arara	
Tymapuan Arara	
PIGAKA ARARA	
Pomponia Arara	
Jose Monteiro	
Luciano Suruma	
Mulik Arara.	
Tymantzim Arara	
Uail Arara	
Tyapko Arara	
Tatjini Arara	

Roberto Araujo	Aldéia Iriri
Adriana Araujo	IRIRI
myka Araujo	IRIRI
serena Araujo	IRIRI
PRAGA ARAUJO	PIREWA
Maria Luísa Damasceno	Unyleya
Daniel Vital Marroco	Unyleya
Carla de Almeida Faria	Unyleya
Driza P. S. Albuquerque	Unyleya
Diana Maria Faria	Unyleya
Victoria Sabido de Assis Paes	Unyleya
Maria Josefa de Oliveira Filha	Unyleya
Geovani da Silva Santana	Unyleya
Roberto Araujo	Aldéia Iriri
Leticia Araujo	IRIRI
Gláucia Santana Coelho	Unyleya
Ronee Janice S. Guimarães	Unyleya
Roberto Araujo	PXREWA
Roberto Araujo	PXREWA
Kaiana Araujo	IRIRI
Yara Araujo	
Amália Araujo	
Fabíola Maceo Silva	Unyleya
Pedro Gatti Junior	UNYLEYA
Cleber dos Santos	Unyleya
Daniel NEVE Bastos Lima	D&S OBRAS

Thayres Mano de São Paulo	
Beppuy Xikrim Sica	DSEI
Manoel Mouriz	DSEI
Selya Lima Araújo da Cruz	SEMED - Altemira
